

Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO 57/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM/MG

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de gás liquefeito e afins para atender as demandas das Secretarias Municipais de Santana da Vargem/MG.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

R\$32.320,18 (Trinta e dois mil, trezentos e vinte reais e dezoito centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 20 de DEZEMBRO de 2024 às 08hs (horário de Brasília)

DATA LIMITE PARA ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

Dia **17 de DEZEMBRO de 2024** de 2024 às 08 h (horário de Brasília), somente através do Portal de

Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

Aberto

EXCLUSIVO PARA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

## **EDITAL DE LICITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 57/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 155/2024
REGISTRO DE PREÇO – MENOR PREÇO POR ITEM
MODO DE DISPUTA ABERTO

O Município de Santana da Vargem/MG, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ n.º 18.245.183/0001-70, por intermédio do Prefeito Municipal, Sr. José Elias Figueiredo, no uso de suas atribuições e da Pregoeira Cristiane de Jesus Silva, e da equipe de apoio designados pela portaria nº 141, de 07 de Agosto de 2024, torna público para conhecimento dos interessados que, no dia 20 de DEZEMBRO de 2024, às 08h00min será realizada licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, por meio de utilização de recursos da tecnologia da informação – internet – do tipo MENOR PREÇO POR ITEM a fim de selecionar proposta objetivando o Registro de preços para eventual e futura aquisição de gás liquefeito e afins para atender as demandas das Secretarias Municipais de Santana da Vargem/MG, conforme Termo de Referência, que se encontra no ANEXO I, que acompanha este edital. Regem a presente licitação as Leis: Lei Federal n.º 14.133/2021, Decreto Municipal n.º 023/2023, Lei Municipal n.º 1.554/2021, bem como a Lei Complementar n.º 123/2006 e n.º 147/2014 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste edital.

#### I - DO OBJETO

- **1.1.** O objeto da presente licitação é o Registro de preços para eventual e futura aquisição de gás liquefeito e afins para atender as demandas das Secretarias Municipais de Santana da Vargem/MG.
- **1.2.** A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante no ANEXO I Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse;
- **1.3.** Nos termos do Art. 83 da Lei Federal n.º 14.133/21, a existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

### II - DAS DATAS E HORÁRIO

- **2.1.** A sessão pública será realizada pelo site <u>www.portaldecompraspublicas.com.br</u>, no dia **20 de DEZEMBRO de 2024** às 08h00min;
- **2.2.** Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas através do site descrito no item 2.1, até às 7h59min do dia no dia **20 de DEZEMBRO de 2024** às 08h00min.
- **2.3.** Data limite para esclarecimentos e impugnações: **17 de DEZEMBRO de 2024** até as 8h00min, somente através do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br).
- **2.4.** Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública, observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame;

# III – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- **3.1.** Poderão participar do presente pregão as pessoas jurídicas interessadas que estiverem cadastradas junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site <a href="https://www.portaldecompraspublicas.com.br">www.portaldecompraspublicas.com.br</a>, e que atendam todas as demais exigências editalícias;
- **3.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;
- **3.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema relacionado aos itens anteriores e mantê-los atualizados, devendo proceder, imediatamente à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;
- **3.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação;
- 3.5. A participação nesta licitação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual, nos termos dos Arts. 47 e 48, inciso I, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;
- **3.5.1.** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 - 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br

licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

- 3.6. Não poderão disputar esta licitação:
- **3.6.1.** Aquele que não atenda às condições deste edital e seu(s) anexo(s);
- 3.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- **3.6.5.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- **3.6.6.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.6.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1° do art. 9° da Lei n.° 14.133, de 2021;



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

- **3.7.** O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;
- **3.8.** A critério da Administração e exclusivamente a seus serviços, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, da execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade;
- **3.9.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
- **3.10.** O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução;
- **3.11.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021;
- **3.12.** A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

# IV – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- **4.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com o preço em campo próprio e também anexado na Plataforma do Portal de Compras Públicas conforme **modelo do anexo III** deste edital, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública;
- **4.1.1.** O ANEXO III Proposta Comercial deverá ser utilizado preferencialmente, para a apresentação da proposta de preços que deverá conter os seguintes elementos:
- 4.1.1.1. Razão social, CNPJ e endereço;
- **4.1.1.2.** Número do processo administrativo e do pregão para registro de preços;
- **4.1.1.3.** Descrição do objeto ofertado, com indicação da marca/fabricante de todos os itens que compõe os lotes:
- 4.1.1.4. A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa ou conforme



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

ANEXO III – Proposta Comercial e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador;

- **4.1.1.5.** Conter preços unitários e totais por itens, em moeda corrente nacional e em algarismos. Nos preços propostos deverão estar inclusos, além dos lucros, todas as despesas e custos, tais como, por exemplo, embalagens, materiais, mão de obra, seguros, transportes, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, fretes, hospedagem, alimentação, diárias, cargas, descargas, custos e benefícios, taxas, tributos e quaisquer outras despesas diretas ou indiretas;
- **4.1.1.6.** Obedecer à sequência de apresentação dos itens tal como ele consta do ANEXO I (termo de referência) do presente instrumento;
- **4.1.1.7.** Não serão admitidas cotações inferiores a quantidades, descrições ou qualquer outro aspecto dos anexos previstos neste edital, sob pena de desclassificação da licitante;
- **4.1.1.8.** A proposta deverá ser assinada pelo titular da empresa ou por representante devidamente qualificado e, isenta de emendas ou rasuras;
- **4.1.1.9.** Ao apresentar proposta, a licitante aceita todas as exigências previstas neste edital e em seus anexos;
- **4.1.1.10.** Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros de digitação ou distrações na apresentação da proposta comercial, como justificativas para solicitação de desclassificação de itens;
- **4.1.1.11.** O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos, da data fixada para sua apresentação. As propostas com prazos inferiores ao estipulado serão automaticamente DESCLASSIFICADAS.
- **4.1.2.** O arquivo referente a proposta comercial cadastrada, modelo anexo III deste edital, deverá ter a seguinte nomenclatura: PROPOSTA COMERCIAL e NOME DA EMPRESA.
- 4.1.3. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública
- **4.2.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- **4.2.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

- **4.2.2.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do <u>artigo 7°, XXXIII, da Constituição</u>;
- **4.3.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3°:
- **4.3.1.** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;
- **4.4.** A falsidade das declarações tratadas nesta sessão sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e neste Edital;
- **4.5.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances;
- **4.6.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para a apresentação de propostas, após a fase de envio de lances;
- **4.7.** Quando do cadastramento da proposta, o licitante poderá parametrizar o seu valor mínimo ou o seu percentual de desconto final máximo e obedecerá às seguintes regras:
- **4.7.1.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- **4.7.2.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o item "4.7.1";
- **4.8.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo de que trata o caput poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- **4.8.1.** Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento do menor preço; e
- **4.8.2.** Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- **4.9.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno:
- **4.10.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.7 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br

licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

- **4.11.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante todo o processo licitatório, que não se limita apenas a fase de lances, e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- **4.12.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

# V – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

- **5.1.** A partir do horário previsto neste edital de licitação, a sessão pública será aberta automaticamente pelo sistema e será procedida a análise das propostas registradas pela Pregoeira;
- **5.2.** A comunicação entre licitantes e Pregoeira será exclusiva via plataforma do Portal de Compras Públicas. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a pregoeira, ou o agente de contratação quando o substituir, ou comissão de contratação quando substituir o agente de contratação, e os licitantes, vedada outra forma de comunicação;
- **5.3.** A fase competitiva somente será iniciada após a análise e aceitação das propostas registradas no sistema, observado o modo de disputa adotado neste edital, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico;
- **5.3.1.** O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro;
- **5.3.2.** O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;
- **5.3.3.** Observado o item 5.3.2, o licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível;
- **5.3.4.** A pregoeira, ou o agente de contratação quando o substituir, ou comissão de contratação quando substituir o agente de contratação, poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir, ou



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema;

- **5.3.5.** Eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata o item 5.3.4, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa;
- **5.3.6.** Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante;
- **5.4.** Para fins deste Edital, será adotado, para o envio de lances, o modo de disputa aberto, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações conforme o critério de julgamento adotado;
- **5.5.** No modo de disputa aberto, o adotado para este Edital de Licitação, a etapa de envio de lances durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração desta etapa;
- **5.5.1.** A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item 5.5, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários;
- **5.5.2.** Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens 5.5 e 5.5.1, a etapa será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances;
- **5.5.3.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a pregoeira, ou o agente de contratação quando o substituir, ou comissão de contratação quando substituir o agente de contratação, auxiliados pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no edital de licitação, para a definição das demais colocações;
- **5.5.4.** Após o reinício previsto no item 5.5.3, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários;
- **5.5.5.** Encerrada a etapa de que trata o item 5.5.4, o sistema ordenará e divulgará os lances;
- **5.6.** Em caso de duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no Art. 60 da Lei n.º 14.133. de 2021;
- **5.6.1.** Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplicam-se os critérios de desempate de que trata o caput;
- **5.7.** Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados;
- **5.8.** Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a dez minutos para a pregoeira, ou o agente de contratação quando o substituir, ou comissão de contratação quando substituir o agente de contratação, a sessão pública será suspensa e



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

#### VI - DA FASE DE JULGAMENTO

- **6.1.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a Pregoeira, ou agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, realizará a verificação da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e, a compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação, conforme definido no edital:
- **6.1.1.** O órgão ou entidade promotora da licitação poderá, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise a avaliação da conformidade da proposta, mediante homologação de amostras, exame de conformidade e prova de conceito, entre outros testes de interesse da Administração, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no termo de referência ou no projeto básico;
- **6.1.2.** Fica estabelecido o prazo de, no mínimo, duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação, no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado;
- **6.1.3.** A prorrogação de que trata o item 6.1.2, poderá ocorrer nas seguintes situações:
- 6.1.3.1. Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pela Pregoeira; ou
- **6.1.3.2.** De ofício, a critério da Pregoeira ou agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para verificação de conformidade de que trata o item 6.1;
- **6.2.** Na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo, a pregoeira, ou o agente de contratação quando o substituir, ou comissão de contratação quando substituir o agente de contratação, poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento;
- **6.2.1.** A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes:
- **6.2.2.** Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação;
- **6.2.3.** Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação;



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

- **6.2.4.** Observado o prazo de que trata o item 6.1.2, a Pregoeira, ou o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, deverá solicitar, no sistema, o envio da proposta reajustada e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação;
- **6.3.** Encerrada a fase de julgamento, após a verificação de conformidade da proposta, a Pregoeira, ou o agente de contratação quando o substituir, ou comissão de contratação quando substituir o agente de contratação, verificará a documentação de habilitação do licitante conforme as disposições deste Edital;

### VII – DA FASE DE HABILITAÇÃO

**7.1.** A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto das informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:

#### 7.1.1. Jurídica:

- **7.1.1.1.** A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada, que pode ser compreendida por meio dos seguintes documentos:
- **7.1.1.2.** Documento Oficial com foto;
- **7.1.1.3.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado, ainda, de documentos de eleição de seus administradores; e registro comercial, no caso de empresa individual;
- **7.1.1.4.** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

#### 7.1.2. Técnica:

- **7.1.2.1.** Comprovação por meio da emissão de pessoa jurídica de direito público ou privado de Atestado de Capacidade Técnica do referido serviço prestado, que demonstre a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação;
- **7.1.2.2.** O referido atestado deverá conter a razão social de ambas as partes (contratante e contratado);
- **7.1.2.3.** O(s) atestado(s) referidos no item 7.1.3 deverá ser emitido em papel que identifique a pessoa jurídica emissora do atestado. O documento deverá permitir também a perfeita identificação do atestante (responsável pela emissão do atestado), constando nele o nome



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

legível e o cargo do signatário, bem como os meios de contato (telefone, e-mail, etc.), para eventual consulta ou diligência;

**7.1.2.4** A empresa licitante deverá apresentar autorização de revenda de GLP outorgada pela ANP, conforme RESOLUÇÃO Nº 958/2023 DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP.

### 7.1.3. Fiscal, social e trabalhista;

- **7.1.3.1.** A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- **7.1.3.2.** A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- **7.1.3.3.** A regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- **7.1.3.4.** a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- **7.1.3.5.** A regularidade perante a justiça do trabalho;
- **7.1.3.6.** O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7° da Constituição Federal (declaração de que não emprega menor) ANEXO V.
- **7.1.3.7.** Comprovação da inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a administração: fica facultada a utilização do modelo constante do ANEXO VI.

#### 7.1.4. Econômico-financeira:

- **7.1.4.1.** Nos termos da Lei Municipal n.º 1.554/21, por meio do seu Art. 31, não será exigida às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual, para fins de qualificação econômico-financeira, apresentação de balanço patrimonial do último exercício social;
- **7.1.4.2.** certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- **7.1.4.3.** A documentação referida nesta sessão poderá ser apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;
- **7.2.** O arquivo, quando único, a ser anexado no Portal de Compras Públicas com as documentações de habilitação deverá ter a seguinte nomenclatura: **HABILITAÇÃO e NOME DA EMPRESA**.
- **7.3.** A documentação de habilitação e proposta reajustada serão solicitadas, após a fase de lances, em todos os itens do certame, através de diligência, no prazo a ser determinado pela



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

Pregoeira, porém não inferior a 2 (duas) horas da sua solicitação, caso necessite o licitante deverá solicitar prorrogação através do chat do Portal de Compras Públicas.

- **7.4.** O licitante deverá anexar a documentação de habilitação e proposta reajustada em apenas um item que tenha arrematado, não sendo necessário anexar nos demais.
- 7.5. O não envio dos documentos solicitados no item 7.3 oportunamente, bem como a não manifestação do licitante quanto a necessidade de prorrogação de prazo para o envio, devido à impossibilidade de habilitação poderá acarretar a sua desclassificação no certame.

# VIII – DAS IMPUGNAÇÕES, DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E DOS RECURSOS

- **8.1.** Os pedidos de esclarecimentos e impugnações ao ato convocatório do Pregão serão recebidos, exclusivamente, através de formulário específico no Portal de Compras Públicas (<a href="https://www.portaldecompraspublicas.com.br">www.portaldecompraspublicas.com.br</a>);
- **8.2.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame;
- **8.2.1.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame;
- 8.3. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação da Lei 14.133/2021 cabem:
- **8.3.1.** Recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:
- **8.3.1.1.** Ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- **8.3.1.2.** Julgamento das propostas;
- **8.3.1.3.** Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- 8.3.1.4. Anulação ou revogação da licitação;
- **8.3.1.5.** Extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração
- **8.3.2.** Pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico;
- **8.3.3.** Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nos itens 8.3.1.2 e 8.3.1.3, serão observadas as seguintes disposições:
- **8.3.3.1.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, no prazo de 10 (dez minutos), exclusivamente via sistema, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br

licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

- **8.3.3.2.** A apreciação dar-se-á em fase única.
- 8.4. O recurso de que trata o item 8.3 será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.
- 8.6. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.
- 8.7. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

## IX – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1. A aplicação de penalidade à licitante reger-se-á conforme o estabelecido no "Título IV", "Capítulo I" da Lei Federal n.º 14.133/2021;
- 9.2. Nos termos do Art. 155 da Lei Federal n.º 14.133/2021 o licitante ou contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
- **9.2.1.** Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 9.2.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- **9.2.3.** Dar causa à inexecução total do contrato;
- **9.2.4.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 9.2.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 9.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

- **9.2.7.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- **9.2.8.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 9.2.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 9.2.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 9.2.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetos da licitação;
- 9.2.12. Praticar ato lesivo previsto no Art. 5° da Lei n.° 12.846, de 1° de agosto de 2013;
- **9.3.** Nos termos do Art. 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021 serão aplicadas aos responsáveis pelas infrações administrativas as seguintes sanções:
- 9.3.1. Advertência;
- 9.3.2. Multa;
- **9.3.2.1** Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de inadimplemento, não ultrapassando o limite de 30 dias;
- **9.3.2.2** Multa de 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor da parcela descumprida do contrato.
- 9.3.3. Impedimento de licitar e contratar;
- **9.3.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 9.4. Na aplicação das sanções serão considerados:
- **9.4.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 9.4.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 9.4.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 9.4.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- **9.4.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- **9.5.** As demais orientações ou normas pertinentes às infrações e sanções administrativas seguirão em conformidade com os Arts. 155 a 163 da Lei Federal n.° 14.133/2021;

#### X – DO PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- **10.1.** O pagamento será realizado no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado (preferencialmente Banco do Brasil).
- **10.2.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato;



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

- **10.3.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;
- **10.4.** Será considerada a data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;
- **10.5.** A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- **10.6.** Serão utilizados para pagamento do objeto do presente instrumento os recursos previstos nas seguintes dotações constantes da Lei Orçamentária Anual, sem prejuízo da utilização de outras que venham a ser disponibilizadas durante a vigência do contrato:

**Ficha 09:** 02.011.04.122.0402.2002.3.3.90.30.00 / 1.500.000.0000.000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Manutenção De Atividades Administrativas – Material de Consumo Gabinete do Prefeito

**Ficha 26:** 02.011.08.243.0801.2041.3.3.90.30.00 / 1.500.000.0000.000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Manutenção de Atividades do Conselho Tutelar – Material de Consumo Gabinete do Prefeito

**Ficha 72:** 02.031.04.122.0402.2005.3.3.90.30.00 / 2.500.000.0000.000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Manutenção de Atividades Administrativas – Material de Consumo Secretaria Municipal de Administração

Ficha 47: 02.031.06.181.0402.0007.3.3.90.30.00 / 1.500.000.0000.000 - Recursos não

Vinculados de Impostos

Convênio com Polícia Civil – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Administração



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

Ficha 53: 02.031.06.181.0402.0008.3.3.90.30.00 / 1.500.000.0000.000 - Recursos não

Vinculados de Impostos

Convênio com Polícia Militar - Material de Consumo

Secretaria Municipal de Administração

Ficha 130: 02.051.04.122.0402.2010.3.3.90.30.00 / 1.500.000.000.000 - Recursos não

Vinculados de Imposto

Manutenção de Atividades Administrativas - Material de Consumo

Secretaria Municipal de Obras

Ficha 130: 02.051.04.122.0402.2010.3.3.90.30.00 / 1.501.000.0000.000 - Outros Recursos

não Vinculados

Manutenção de Atividades Administrativas — Material de Consumo

Secretaria Municipal de Obras

Ficha 130: 02.051.04.122.0402.2010.3.3.90.30.00 / 1.750.000.0000.000 - Recursos da

Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE

Manutenção de Atividades Administrativas - Material de Consumo

Secretaria Municipal de Obras

Ficha 371: 02.100.13.392.1501.2193.3.3.90.30.00 / 1.500.000.000.000 - Recursos não

Vinculados de Impostos

Manutenção Setor Cultura - Material de Consumo

Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

Ficha 230: 02.071.10.301.1003.2031.3.3.90.30.00 / 1.500.000.1002.000 - Recursos não

Vinculados de Impostos ASPS

Manutenção Atividade Saúde – Básicas – Material de Consumo

Secretária Municipal de Saúde

Ficha 162: 02.061.12.361.1202.2018.3.3.90.30.00 / 1.500.000.1001.000 - Recursos não

Vinculados de Impostos

Manutenção Atividade. Ensino Fundamental – R. Próprio – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Educação





Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

Ficha 199: 02.061.12.361.1221.2024.3.3.90.30.00 / 1.550.000.0000.000 - Transferência do

Salário – Educação

Manutenção atividade. Educação – Qese – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Educação

Ficha 288: 02.081.08.243.0801.0020.3.3.90.30.00 / 1.500.000.000.000 - Recursos não

Vinculados de Impostos

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Ação Social

Ficha 315: 02.081.08.244.0801.2043.3.3.90.30.00 / 1.500.000.000.000 - Recursos não

Vinculados de Impostos

Manutenção de Atividades Setor de Promoção Social – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Ação Social

Ficha 336: 02.081.08.241.0801.2121.3.3.90.30.00 / 1.500.000.000.000 - Recursos não

Vinculados de Impostos

Manutenção Paif-Prog.de Apoio Integral a Família – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Ação Social

#### XI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**11.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico;

- **11.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira;
- **11.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília DF;
- 11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação;
- **11.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;
- **11.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;





Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

- **11.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração;
- **11.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público;
- **11.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital;
- **11.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal de Compras Públicas, que mantém integração com o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico www.santanadavargem.mg.gov.br.
- **11.11.** São partes integrantes deste Edital, para todos e fins e efeitos, os seguintes anexos:
- **11.11.1.** Anexo I termo de referência;
- **11.11.2.** Anexo II declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação;
- **11.11.3.** Anexo III modelo de proposta comercial;
- **11.11.4.** Anexo IV modelo de declaração de beneficiário da lei complementar n.º 123/2006;
- 11.11.5. Anexo V declaração de que não emprega menor, salvo na condição de aprendiz;
- **11.11.6.** Anexo VI modelo de declaração de fato impeditivo;
- **11.11.7.** Anexo VII minuta da ata de registro de preços;
- **11.11.8.** Anexo VIII minuta do contrato.

Santana da Vargem, 19 de Novembro de 2024.

José Elias Figueiredo Prefeito Municipal



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

## **ANEXO I**

# TERMO DE REFERÊNCIA MUNICÍPIO DE SANTANA DA VARGEM – MG

PROCESSO LICITATÓRIO: 155/2024 PREGÃO ELETRÔNICO: 57/2024

LICITAÇÃO/ MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS

**REGIME DE EXECUÇÃO:** MENOR PREÇO POR ITEM – O presente Processo Licitatório

será regido pela Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações.

#### 1. OBJETO:

1.1. Registro de preços para eventual e futura aquisição de gás liquefeito e afins para atender as demandas das Secretarias Municipais de Santana da Vargem/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

| ITEM | CÓDIGO   | Qtd. | Unid. | DESCRIÇÃO   |
|------|----------|------|-------|---|
| 1    | 15619-2  | 13   | UN    | BOTIJÃO DE GÁS (15800-0156199) <b>Especificação:</b> BOTIJÃO DE GÁS: Com no mínimo as seguintes especificações, botijão de gás (cota de gás) P13 de 13 kg (vazio), para uso de acordo com a NBR 8613  |
| 2    | 3318-2   | 260  | UN    | GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (02768-003318) <b>Especificação:</b> GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO: com no mínimo as seguintes especificações, gás liquefeito de petróleo GLP botijão de 13 kg  |
| 3    | 305480-1 | 27   | MT    | MANGUEIRA PARA REGULADORES DE GÁS Especificação: MANGUEIRA PARA REGULADORES DE GÁS: Com no mínimo as seguintes especificações: Mangueira de plástico PVC transparente, com tarja amarela, prazo de validade de 5 anos e comprimento de 1,20m – conforme NBR 8613 (com gravação do código da NBR e do prazo de validade).  |
| 4    | 26153-2  | 27   | UN    | REGULADOR DE GÁS (23407-026153) <b>Especificação:</b> REGULADOR DE GÁS com no mínimo as seguintes especificações: Regulador de gás de cozinha GLP 13kg de baixa pressão. Registro Regulador: recomendado para botijão com capacidade de até 13 kg; modelo regulador de gás: parafusado; vazão máxima: 2 kg/hora; rosca de entrada: padrão botijão p13; conexão de saída: espigão; linha: doméstico 2kg/h pe: 7 bar; ps: 2,8 kpa; vazão kh/h: 2; P13; cs: 3/8 bm; tipo: n/d, com registro borboleta, registro certificado pelo INMETRO, regulador com rosca de 5/8 unc (botijão p13) |



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

| 5 | 305481-1 | 25 | UN | KIT REGULADOR DE GÁS + MANGUEIRA +  |
|---|----------|----|----|---|
|   |          |    |    | ABRAÇADEIRA<br>Especificação: KIT REGULADOR DE GÁS +  |
|   |          |    |    | MANGUEIRA +ABRAÇADEIRA com no mínimo as seguintes especificações: Regulador de gás 1KG para               |
|   |          |    |    | botijão 13 kg, mangueira para gás, 1,20 M, 02   |
|   |          |    |    | abraçadeiras ½ (13-19) Pressão de entrada: 69 a 686 kPa Pressão de saída: 2,1 a 2,8 kPa Vazão: 1,0 kg/h   |
|   |          |    |    | GLP Conexão de saída: diâmetro 12 para mangueira  |
|   |          |    |    | de PVC Materiais utilizados: zamac, alumínio, aço, latão e borracha. Mangueira: 5 anos, Regulador: 5 anos |

#### 2. JUSTIFICATIVA

A presente aquisição se justifica na necessidade desta Prefeitura Municipal e suas secretarias em propiciar condições essenciais de preparos nas cozinhas.

Nas cozinhas da Administração faz-se necessário a aquisição destes objetos para o preparo de cafés servidos com o intuito de atender as equipes de trabalho e usuários dos serviços públicos.

Na Secretaria Municipal de Educação, estes serão destinados às cozinhas das escolas e creche onde são preparados os lanches escolares, a fim de garantir o bom desenvolvimento nutricional das crianças estudantes, bem como atender às demandas dos servidores alocados nestas unidades escolares, e também para a manutenção das atividades diárias essenciais desta Secretaria, fornecendo café aos seus servidores e em possíveis reuniões.

A Secretaria Municipal de Ação Social, por sua vez, necessita da aquisição do objeto deste processo licitatório pela manutenção das suas atividades diárias essenciais desempenhadas, fornecimento de café para os servidores dos diversos setores da Secretaria, bem como para o preparo de alimentos para usuários que participam das atividades do PAIF e Serviço de Convivência.

Não obstante, a Secretaria Municipal de Saúde tem a sua necessidade justificada pela necessidade da manutenção das atividades diárias essenciais desempenhadas, onde há o fornecimento de café aos seus servidores, e em reuniões diversas realizadas entre servidores para alinhamento de condutas e desempenho de ações essenciais.

Contudo, a Secretaria de Obras, a Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo e a Secretaria de Administração necessitam dos objetos ora licitados para garantir a manutenção das atividades diárias essenciais, fornecendo cafés aos seus servidores e durante as possíveis reuniões.



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

Incumbe ressaltar, também, que a presente aquisição também será destinada às reuniões do Excelentíssimo Prefeito.

## 3. DA ESCOLHA DA MODALIDADE

- 3.1. A escolha da modalidade Pregão, conceituada pelo capítulo III, art. 6º inciso XLI, da Lei 14.133/2021, é modalidade obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, deste modo resta clara a viabilidade de sua utilização para adquirir os itens, objeto do presente certame, na forma da Lei.
- 3.2. O Pregão em sua forma eletrônica, facilita a participação de vários fornecedores, o que amplia a disputa licitatória, promove desta forma a possibilidade de uma aquisição mais vantajosa para Administração.
- 3.3. Será adotado o Sistema de Registro de Preços, conceituado pelo capítulo III, art. 6º inciso XLV, pois devido a fatores externos, tais como quantitativo dos locais a serem limpos e higienizados, devido as expansões de departamentos pertencentes a administração, como utilização de unidades alugadas, obras em construção, além do remanejamento de servidores aprovados em concurso publico, utilizando os materiais, não é possível prever com exatidão a quantidade de itens a serem adquiridos.
- 3.4. O Sistema de Registro de Preços permite a aquisição de forma fracionada, faz valer o princípio da economicidade e se mostra mais vantajoso para a presente aquisição.

## 4. DA PESQUISA DE PREÇOS

- 4.1. Em entendimento ao que preconiza o Art. 23 da Lei Federal n.º 14.133/2021, bem como dos parâmetros estabelecidos no Decreto Municipal 012/2023 do Município de Santana da Vargem, será demonstrado nesse item a metodologia utilizada para aferir o preço médio desse Processo Licitatório, que seguem anexa a este Termo de Referência;
- 4.2. O Art. 5° do Decreto Municipal 012/2023 versa:
  - Art. 5° A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:
  - I. composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;





Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

II. contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III. dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso:

IV. pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício, e-mail ou protocolo, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; Parágrafo único: a pesquisa direta de que trata o inciso IV, não será considerada, caso não sejam observados os requisitos formais de cotação, bem como não seja acompanhada dos espelhos dos respectivos e-mails de solicitação e de resposta da proposta.

V. pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia

4.3. Dessa maneira, a fim de atender ao disposto no Art. 5° inciso I,III e IV, a pesquisa de preços foi realizada, através do site oficial "Banco de Preços" O referido site oficial demonstra em sua pesquisa os preços praticados por outras prefeituras que adquiriram estes mesmos itens, e também através de pesquisa direta com fornecedor local.

#### 05. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS

5.1. Na Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) temos (grifamos): Art. 6° Para fins desta Lei, consideram-se:

[...]





Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

XIII- bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

- 5.2. Em que pese o conceito seja aberto quanto ao que seja comum, ao analisarmos a especificações dos bens demandados, verificamos que estes:
- •São passíveis de padronização por critérios objetivos de desempenho e qualidade comuns no mercado correspondente;
- Possuem especificações usuais de mercado; e
- Possuem disponibilidade no mercado.
- **5.2.** Logo, os bens a serem adquiridos classificam-se como bens comuns.

# 6. CRITÉRIOS DE ENTREGA E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 6.1. A entrega das mercadorias será de acordo com as necessidades de consumo da Administração Pública, por meio de suas Secretarias vinculadas;
- 6.2. As mercadorias, objeto deste processo licitatório, deverão ser entregues em conformidade com a Solicitação de Fornecimento (SF), sendo que a quantidade a ser entregue será observada conforme conveniência das Secretarias Municipais, independente de quantidade mínima estabelecida pela empresa licitante;
- 6.3. O prazo de entrega do objeto é de 05 (cinco) dias a contar do envio da Solicitação de Fornecimento (SF);
- 6.4. Caso não seja possível efetuar a entrega no prazo estipulado no item acima, o(a) licitante vencedor(a) deverá comunicar, com antecedência mínima de 48 horas, suas respectivas razões para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas as situações de caso fortuito e força maior;
- 6.5. Os itens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação da sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;
- 6.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 6.7. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado e quando a Nota Fiscal será atestada por



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br

www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

#### servidor da contratante;

- 6.8. Na hipótese de a verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;
- 6.9. Os bens, objeto deste Termo de Referência deverão ser entregues no setor do Almoxarifado Central, sito à Rua Gabriel José dos Reis, n.º 560, centro, Santana da Vargem, de segunda a sexta, no horário de 07h às 16h ou em qualquer outro endereço indicado na Solicitação de Fornecimento;
- 6.10. Os produtos deverão ser entregues intactos, sem amassados, danificados ou qualquer outro defeito que possa comprometer a qualidade e desempenho dos mesmos;
- 6.11. As marcas apresentadas na proposta não poderão ser substituídas por outra no ato da entrega da mercadoria, a não ser por outra que melhor atenda o objeto deste instrumento;
- 6.12. Os produtos, que em sua descrição não constam prazo, deverão estar dentro da validade mínima de 06 (seis) meses no ato da entrega.

# 07. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

- 7.1. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da inobservância das especificações no fornecimento do objeto;
- 7.2. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;
- 7.3. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
- 7.3.1 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração e a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 7.4. A administração terá o dever de explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos pela Lei Federal n.º 14.133/2021, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;
- 7.4.1. Salvo disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico, concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 01 (um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

- 7.5. A empresa fornecedora será obrigada a atender a todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato ou da ata;
- 7.6. O fornecimento deverá ser iniciado no máximo em 05 (cinco) dias úteis após a assinatura da Ata de Registro de Preços ou a emissão de ordem de compras e serviços;
- 7.7. O Fornecimento dos Itens será parcelado, de acordo com as necessidades de consumo dessa Administração, após solicitação do setor de compras;
- 7.8. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do fornecimento do objeto, sujeitando-se ao artigo 122, §2º, da Lei 14.133/21.
- 7.9. Os itens a serem adquiridos deverão estar de acordo com a NBR 8613;
- 7.10. Os objetos licitados deverão estar em plena validade e não poderão possuir data de fabricação defasada, que comprometa sua plena utilização.

# 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. Concluído todo o processo licitatório a empresa vencedora será notificada de que o Município efetivará a contratação, devendo a licitante vencedora assinar o instrumento administrativo em até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência;
- 8.2. Após a assinatura do instrumento administrativo a licitante vencedora obrigar-se-á:
- 8.2.1. Fornecer os itens, objeto deste termo de referência, em total conformidade com o mesmo, o qual será o objeto exclusivo do Contrato Administrativo a ser efetivado pelas partes;
- 8.2.2. Apresentar a Contratante, caso esta venha a solicitar, a programação geral de fornecimento;
- 8.2.3. Iniciar o fornecimento do objeto contratado prazo máximo de 05 (cinco) dias após a assinatura da ata de registro de preços ou contrato, sob pena de suspensão parcial do pagamento ou rescisão pela contratante por descumprimento de cláusulas contratuais;
- 8.2.4. Deverão ser tomadas as providências para correção das falhas detectadas, a fim de manter o controle de qualidade do fornecimento do objeto contratado, reportando-se ao fiscal do contrato quando houver necessidade;
- 8.2.5. Manter, durante toda a vigência da ata de registro de preços e execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação fiscal exigidas na licitação;
- 8.2.6. Arcar com eventuais prejuízos causados ao Contratante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;
- 8.2.7. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos que causar ao órgão, ou a terceiros,



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

ainda que culposo praticado por seus prepostos, empregado ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela contratante.

# 09. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. Além das obrigações resultantes da observância à Lei n.º 14.133/21 são obrigações da CONTRATANTE:
- 9.1.1. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA;
- 9.1.2. Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste contrato;
- 9.1.3. Notificar a CONTRATADA por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- 9.1.4. Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;
- 9.1.5. Comunicar imediatamente à CONTRATADA as irregularidades manifestadas na execução do contrato, informando, após, à CONTRATANTE tal providência;
- 9.1.6. Promover o recebimento provisório e o definitivo nos prazos fixados;
- 9.1.7. Fiscalizar a execução do contrato, informando à CONTRATADA para fins de supervisão;
- 9.1.8. Efetuar o pagamento no devido prazo fixado no Edital.

# 10. DA FISCALIZAÇÃO:

- 10.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 01 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados, conforme requisitos estabelecidos.
- 10.2. No caso em apreço, por se tratar de licitação direcionada à Prefeitura Municipal e suas Secretarias Vinculadas, os responsáveis para acompanhar e fiscalizar os contratos e a execução dos serviços objeto deste procedimento licitatório, serão de acordo com a tabela abaixo:

| UNIDADE REQUISITANTE                  | SERVIDOR DESIGNADO                           |
|---------------------------------------|--|
| Gabinete do Prefeito                  | Roberta Grazielle Barbosa – MASP 3696        |
| Secretaria Municipal de Administração | Lucimar Correa – MASP 1402                   |
| Secretaria Municipal de Obras         | Matheus Soares Mota – MASP 3632              |
| Secretaria Municipal de Educação      | Rubens Alves Lino – MASP 3605                |
| Secretaria Municipal de Saúde         | Maria Gabriela de Mesquita Penha – MASP 3670 |



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

| Secretaria Municipal de Assistência Social                   | Karine Fernandes Correa – MASP 3626     |
|--|---|
| Secretaria Municipal de Cultura, Esporte,<br>Lazer e Turismo | Laura Rodrigues de Oliveira – MASP 3666 |

- 10.3. O fiscal do contrato deverá respeitar e cumprir todas as obrigações que prevê o Art. 117 da Lei 14.133/2021 e demais previstos no Decreto Municipal n.º 33/2023;
- 10.4. As férias do fiscal do contrato ou qualquer outra falta, deverá ser escalonada pelo mesmo de modo a não ensejar ausência de gestão contratual.
- 10.5. A presença de fiscalização não exclui e nem diminui a responsabilidade da contratada inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade.

#### 11. DA FORMA DE PAGAMENTO

- 11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado (preferencialmente Banco do Brasil).
- 11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato;
- 11.3. Havendo erro nos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação de despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, justificará a contratada a imposição de sanções a contratada;
- 11.4. Será considerada a data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;
- 11.5. A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

# 12. REQUISITOS ESPECÍFICOS DE HABILITAÇÃO

12.1. A licitação que se pretende realizar para aquisição do objeto deste termo de referência será exclusiva para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual, nos termos dos Arts. 47 e 48, inciso I, da Lei Complementar 123/06, senão vejamos:



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

- Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.
- Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:
- I. Deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);
- 12.2. As empresas licitantes devem estar enquadradas no ramo de atividade compatível ao objeto licitado, estar devidamente habilitadas e registradas nos órgãos pertinentes às suas atividades comerciais;
- 12.3. A empresa deverá apresentar os documentos de habilitação jurídica, técnica, fiscal, social e trabalhista, econômico-financeira;
- 12.4. Após declarada vencedora a licitante que em campo especial na proposta comercial apresentada informar sua qualificação como Microempresa, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual, conforme a Lei Municipal N° 1.554/2021 em seu Art. 24, § 1°:
  - Art. 24 Nas licitações da Administração Pública Municipal, as microempresas ou empresas de pequeno porte, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
  - § 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, de proponente declarado vencedor, a ele fica assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da declaração, prorrogável por igual período a pedido do interessado, a critério da Administração Pública Municipal, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 12.5. Nos termos da Lei Municipal n.º 1.554/21, por meio do seu Art. 31, não será exigida às



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual, para fins de qualificação econômico-financeira, apresentação de balanço patrimonial do último exercício social:

- 12.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante, conforme preconiza o Art.90, § 5º da lei de licitações 14.133/2021;
- 12.7. A empresa licitante deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica ou outro meio comprovando sua experiência, conforme o objeto licitado.
- 12.8. A empresa licitante deverá apresentar autorização de revenda de GLP outorgada pela ANP, conforme RESOLUÇÃO Nº 958/2023 DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS ANP.

# 13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. A aplicação de penalidade à licitante reger-se-á conforme o estabelecido no "Título IV", "Capítulo I" da Lei Federal n.° 14.133/2021;
- 13.2. Nos termos do Art. 155 da Lei Federal n.º 14.133/2021 o licitante ou contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
- 13.2.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 13.2.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 13.2.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
- 13.2.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 13.2.5. Dão manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 13.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 13.2.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 13.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 13.2.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 13.2.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de gualquer natureza;
- 13.2.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetos da licitação;



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

- 13.2.12. Praticar ato lesivo previsto no Art. 5° da Lei n.° 12.846, de 1° de agosto de 2013;
- 13.3. Nos termos do Art. 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021 serão aplicadas aos responsáveis pelas infrações administrativas as seguintes sanções:
- 13.3.1. Advertência;
- 13.3.2. Multa;
- 13.3.2.1 Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de inadimplemento, não ultrapassando o limite de 30 dias;
- 13.3.2.2 Multa de 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor da parcela descumprida do contrato.
- 13.3.3. Impedimento de licitar e contratar;
- 13.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 13.4. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 13.4.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 13.4.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 13.4.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 13.4.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 13.4.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.5. As demais orientações ou normas pertinentes às infrações e sanções administrativas seguirão em conformidade com os Arts. 155 a 163 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

#### 14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. Serão utilizados para pagamento do objeto do presente instrumento os recursos previstos nas seguintes dotações constantes da Lei Orçamentária Anual, sem prejuízo da utilização de outras que venham a ser disponibilizadas durante a vigência do contrato:

**Ficha 09:** 02.011.04.122.0402.2002.3.3.90.30.00 / 1.500.000.0000.000 — Recursos não Vinculados de Impostos

Manutenção De Atividades Administrativas — Material de Consumo Gabinete do Prefeito

 $\textbf{Ficha 26:} \hspace{0.1cm} 02.011.08.243.0801.2041.3.3.90.30.00 \hspace{0.1cm} / \hspace{0.1cm} 1.500.000.0000.000 \hspace{0.1cm} - \hspace{0.1cm} \text{Recursos não}$ 

Vinculados de Impostos

Manutenção de Atividades do Conselho Tutelar – Material de Consumo Gabinete do Prefeito



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

**Ficha 72:** 02.031.04.122.0402.2005.3.3.90.30.00 / 2.500.000.0000.000 - Recursos não

Vinculados de Impostos

Manutenção de Atividades Administrativas - Material de Consumo

Secretaria Municipal de Administração

Ficha 47: 02.031.06.181.0402.0007.3.3.90.30.00 / 1.500.000.0000.000 - Recursos não

Vinculados de Impostos

Convênio com Polícia Civil - Material de Consumo

Secretaria Municipal de Administração

Ficha 53: 02.031.06.181.0402.0008.3.3.90.30.00 / 1.500.000.0000.000 - Recursos não

Vinculados de Impostos

Convênio com Polícia Militar - Material de Consumo

Secretaria Municipal de Administração

Ficha 130: 02.051.04.122.0402.2010.3.3.90.30.00 / 1.500.000.000.000 - Recursos não

Vinculados de Imposto

Manutenção de Atividades Administrativas - Material de Consumo

Secretaria Municipal de Obras

Ficha 130: 02.051.04.122.0402.2010.3.3.90.30.00 / 1.501.000.0000.000 - Outros Recursos

não Vinculados

Manutenção de Atividades Administrativas - Material de Consumo

Secretaria Municipal de Obras

Ficha 130: 02.051.04.122.0402.2010.3.3.90.30.00 / 1.750.000.0000.000 - Recursos da

Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE

Manutenção de Atividades Administrativas — Material de Consumo

Secretaria Municipal de Obras

Ficha 371: 02.100.13.392.1501.2193.3.3.90.30.00 / 1.500.000.000.000 - Recursos não

Vinculados de Impostos

Manutenção Setor Cultura - Material de Consumo

Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

 $\textbf{Ficha 230:} \ \ 02.071.10.301.1003.2031.3.3.90.30.00 \ \ / \ \ 1.500.000.1002.000 \ \ - \ \ \text{Recursos n\~ao}$ 

Vinculados de Impostos ASPS

Manutenção Atividade Saúde - Básicas - Material de Consumo

Secretária Municipal de Saúde

Ficha 162: 02.061.12.361.1202.2018.3.3.90.30.00 / 1.500.000.1001.000 - Recursos não

Vinculados de Impostos

Manutenção Atividade. Ensino Fundamental - R. Próprio – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Educação

Ficha 199: 02.061.12.361.1221.2024.3.3.90.30.00 / 1.550.000.0000.000 - Transferência do

Salário - Educação

Manutenção atividade. Educação – Qese – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Educação

Ficha 288: 02.081.08.243.0801.0020.3.3.90.30.00 / 1.500.000.0000.000 - Recursos não

Vinculados de Impostos

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Material de Consumo

Secretaria Municipal de Ação Social

Ficha 315: 02.081.08.244.0801.2043.3.3.90.30.00 / 1.500.000.0000.000 - Recursos não

Vinculados de Impostos

Manutenção de Atividades Setor de Promoção Social – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Ação Social

Ficha 336: 02.081.08.241.0801.2121.3.3.90.30.00 / 1.500.000.0000.000 - Recursos não

Vinculados de Impostos

Manutenção Paif-Prog.de Apoio Integral a Família – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Ação Social



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

#### 15. AVALIAÇÃO APROXIMADA DE CUSTOS

15.1. O valor estimado para contratação, conforme pesquisa de mercado anexa aos autos, é de R\$32.320,18 (trinta e dois mil, trezentos e vinte reais e dezoito centavos) conforme pesquisa de mercado em anexo.

# 16. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

16.1. O prazo de vigência do instrumento administrativo para presente contratação será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do Art. 84 da Lei Federal n.º 14.133/21.

#### 17. DA PUBLICIDADE

17.1. A Prefeitura Municipal de Santana da Vargem, garante a divulgação deste procedimento licitatório visando atender ao que preconiza o Princípio da Publicidade, disposto no Art. 5° da Lei Federal n.° 14.133/2021, o qual demonstra que os atos devem ser públicos e acessíveis, permitindo, de tal maneira, o seu controle e fiscalização.

17.2. Ainda, buscando atender ao Art. 54 da Lei Federal n.º 14.133/2021, bem como ao Art. 13 do Decreto Municipal n.º 23/2023, a publicação do inteiro teor do edital de licitação e seus anexos no Portal de Compras Públicas, ou outros sistemas disponíveis no mercado, que deverão manter integração com o Portal Nacional de Contratações Públicas, ou outros sistemas disponíveis no mercado, que deverão manter integração com o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme o §1º do Art. 175 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e no sítio eletrônico oficial do Município de Santana da Vargem;

17.3. Sem prejuízo do disposto no item "17.2", é obrigatória a publicação do extrato do edital no Diário Oficial do Município e no Diário Oficial dos Municípios Mineiros (AMM);

17.4. Fica eleito o foro da comarca de Três Pontas, estado de Minas Gerais, com exclusão de qualquer outro, para solucionar quaisquer questões oriundas deste Procedimento Licitatório.

Santana da Vargem, 19 de Novembro de 2024.

José Elias Figueredo Prefeito Municipal

Jéssica Paula Figueredo Secretário Municipal de Administração



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

> Gabriel de Paula Oliveira Secretário Municipal de Obras

Levi Pereira Miranda Júnior Secretário Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo

> Elisa Alvarenga Santos Secretária Municipal de Saúde

Renata Scalioni Figueiredo Coelho Secretária Municipal de Educação

Eliane Aparecida Figueiredo Secretária Municipal de Ação Social



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

# **ANEXO II**

# MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

# PREGÃO ELETRÔNICO N° 57/2024 PROCESSO LICITATÓRIO N° 155/2024

| A empresa:                          | (razão socia     | al), devidamer  | nte inscrita n | o Ministério | o da  |
|-------------------------------------|------------------|-----------------|----------------|--------------|-------|
| Fazenda sob o CNPJ nº               |                  |                 |                |              |       |
| (endereço completo), por interm     | édio de seu r    | epresentante    | legal, infra-a | assinado, ¡  | para  |
| cumprimento do previsto no inciso   | l do artigo 63   | da Lei nº 14.1  | 33 de 01 de    | abril de 20  | 021,  |
| para os fins de cumprimento do e    | xigido no Pregá  | ão Eletrônico r | n°. 57/2024,   | DECLARA      | que   |
| atende aos requisitos de habilitaçã | o exigidos pelo  | Edital do Preg  | ão Eletrônico  | em epígra    | ıfe e |
| seus anexos, estando ciente de tod  | dos os seus tern | nos.            |                |              |       |
| Por ser expressão da verdade, firm  | ıa a presente.   |                 |                |              |       |
|                                     | , de             | c               | le 2024.       |              |       |
|                                     |                  |                 |                |              |       |
|                                     |                  |                 |                |              |       |
|                                     |                  |                 |                |              |       |
|                                     |                  |                 |                |              |       |
| Assir                               | natura do repres | entante legal   |                |              |       |



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br

licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

## **ANEXO III**

#### **MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

# PREGÃO ELETRÔNICO Nº 57/2024

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 155/2024

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM - REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Registro de preços para eventual e futura aquisição de gás liquefeito e afins para

atender as demandas das Secretarias Municipais de Santana da Vargem/MG.

| Nome Fantasia:Optante pelo SIMPLES?()SIM/() NÃ |            |           |    |          | ()SIM/()NÃO |      |
|--|------------|-----------|----|----------|-------------|------|
|  |            |           |    | •        |             |      |
|  |            |           |    | CEP:     |             |      |
| E-mail   | l <u>:</u> |           |    |          |             |      |
| Telefo   | ne:        |           |    |          |             |      |
|  |            |           |    |          |             |      |
| Nome   | e nº da    | a Agência | ı: |          |             |      |
| Repre  | sentan     | te Legal: |    |          |             |      |
| -  |            |           |    |          |             |      |
| 140.00   | l land     | 044       |    | December |             | Valo |

| ľ | tem | Und. | Qtd. | Descrição | Valor<br>Unit. | Valor<br>Total |
|---|-----|------|------|-----------|----------------|----------------|
|   |     |      |      |           |                |                |
|   |     |      |      |           |                |                |
|   |     |      |      |           |                |                |
|   |     |      |      |           |                |                |
|   |     |      |      |           |                |                |
|   |     |      |      | Total     |                |                |

Condições de pagamento:

Prazo para entrega:

Validade da proposta: O prazo de validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias, da data fixada para a sua apresentação.

Local e data.

(Nome e Assinatura do responsável legalmente) Número de documento de identificação Carimbo da empresa



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

### **ANEXO IV**

# MODELO DE DECLARAÇÃO DE BENEFICIÁRIO DA LEI COMPLEMENTAR N.º 123/06

# PREGÃO ELETRÔNICO N° 57/2024 PROCESSO LICITATÓRIO N° 155/2024

Para fins de participação na licitação (indicar o n.º registrado no Edital), a(o) (Nome completo do Proponente), CNPJ, sediada na (Endereço completo), declara, sob as penas da lei que é (Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme o caso), na forma da Lei Complementar Federal n.º 123, de 14 de junho de 2006.

E, para efeito do §4° do Art. 3° da Lei Complementar Federal n.° 123/2006, não se enquadra em nenhuma das situações abaixo:

- -cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- -Seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- -cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócio de outra empresa que receba tratamento diferenciado nos termos desta Lei complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- -cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- -cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- -constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- -que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- -que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- -resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 05 (cinco) anos-calendário anteriores;
- -constituída sob a forma de sociedade por ações;



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

-cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante o serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

-que ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública, no ano calendário da realização da licitação, contratos cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa e empresa de pequeno porte. (Art. 4º § 2º da Lei 14.133/2021.

| Local, de |  | de 2024 |
|-----------|--|---------|
|-----------|--|---------|

Assinatura do Representante Legal/CPF
Carimbo de CNPJ da empresa



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

## **ANEXO V**

# MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

| RAZÃO SOCIAL:   |  |
|---|--|
|   |  |
| PREGÃO ELETRÔNICO N                                     | N° 57/2024   |
| PROCESSO LICITATÓRIO                                    | O N° 155/2024  |
| de abril de 2021, buscano                               | do disposto no inciso VI do Art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 01 do atender ao disposto no Art. 7°, inciso XXXIII da Constituição |
| rederal, que nao emprega n<br>insalubre e não emprega n | amos menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou nenor de dezesseis anos.   |
| () Ress<br>aprendiz.                                    | salva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de  |
| -   | ,dede  |
|   |  |
| N   | Nome e assinatura do representante legal<br>(carimbo da empresa)   |
| (Observação): em caso afi                               | rmativo, assinalar a ressalva acima  |



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

## **ANEXO VI**

# DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

# PREGÃO ELETRÔNICO N° 57/2024 PROCESSO LICITATÓRIO N° 155/2024

Declaramos a inexistência de fato impeditivo quanto à habilitação para participar neste Pregão, bem como estamos cientes de que devemos declará-los quando ocorridos durante o certame.

Por ser verdade, firmamos a presente sob as penas da Lei.

| ,dede                                    |   |
|--|---|
|  |   |
|  |   |
|  | _ |
| Nome e assinatura do representante legal |   |
| (carimbo da empresa)                     |   |



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

#### **ANEXO VII**

#### MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 57/2024 PROCESSO LICITATÓRIO N.º 155/2024 VALIDADE: 12 (doze) meses

O MUNICÍPIO DE SANTANA DA VARGEM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n.º 18.245.183/0001-70, com sede na Praça Padre João Maciel Neiva, n.º 15, centro, Santana da Vargem/MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JOSÉ ELIAS FIGUEIREDO, considerando o julgamento da licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico n.º 57/2024, Processo Licitatório n.º 155/2024, RESOLVE Registrar preços para eventual e futura aquisição de gás liquefeito e afins para atender as demandas das Secretarias Municipais de Santana da Vargem/MG., com as especificações, os quantitativos e valores de referência, conforme especificações e condições constantes em Edital e seus anexos, conforme especificado no Anexo I do Edital, que passa a fazer parte desta, tenha apresentada(s) sido classificada(s) a(s) proposta(s) pela(s) empresa(s) portadora do CNPJ/MF sob \_\_\_\_, localizada à \_\_\_\_, n.° \_\_\_\_, na \_\_\_\_\_, Estado de (UF) \_\_\_\_\_, CEP cidade de

#### I – DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto o Registro de preços para eventual e futura aquisição de gás liquefeito e afins para atender as demandas das Secretarias Municipais de Santana da Vargem/MG, por um período estimado de 12 (doze) meses, conforme especificações e os quantitativos a seguir:

| Item | Und. | Qtd. | Descrição | Valor<br>Unit. | Valor<br>Total |
|------|------|------|-----------|----------------|----------------|
|      |      |      |           |                |                |
|      |      |      |           |                |                |
|      |      |      |           |                |                |
|      |      |      |           |                |                |
|      |      |      |           |                |                |



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

#### **VALOR TOTAL**

# II – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do Art. 84 da Lei Federal n.º 14.133/21;
- 2.2. Nos moldes do Parágrafo Único do Art. 84 da Lei Federal n.º 14.133/21, o contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas;

### III – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação;

### IV - DO PREÇO

- 4.1. O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços são os constantes da Ata de Reunião de Julgamento de Propostas, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico n.° 57/2024;
- 4.2. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será de acordo com a Ata de Reunião de Julgamento de Propostas anexa ao Pregão Eletrônico n.º 57/2024, pela empresa detentora da presente Ata;

## **V – DO PAGAMENTO**

- 5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado (preferencialmente Banco do Brasil).
- 5.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato;
- 5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

- 5.4. Será considerada a data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;
- 5.5. A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

# VI – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 6.1. A aplicação de penalidade à licitante reger-se-á conforme o estabelecido no "Título IV", "Capítulo I" da Lei Federal n.º 14.133/2021;
- 6.2. Nos termos do Art. 155 da Lei Federal n.º 14.133/2021 o licitante ou contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
- 6.2.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 15.2.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 6.2.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
- 6.2.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 6.2.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 6.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 6.2.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo iustificado:
- 6.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 6.2.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 6.2.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 6.2.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetos da licitação;
- 6.2.12. Praticar ato lesivo previsto no Art. 5° da Lei n.° 12.846, de 1° de agosto de 2013;
- 6.3. Nos termos do Art. 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021 serão aplicadas aos responsáveis pelas infrações administrativas as seguintes sanções:
- 6.3.1. Advertência;
- 6.3.2. Multa;



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

- 6.3.2.1 Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de inadimplemento, não ultrapassando o limite de 30 dias;
- 6.3.2.2 Multa de 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor da parcela descumprida do contrato.
- 6.3.3. Impedimento de licitar e contratar;
- 6.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 6.4. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 6.4.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 6.4.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 6.4.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 6.4.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 6.4.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 6.5. As demais orientações ou normas pertinentes às infrações e sanções administrativas seguirão em conformidade com os Arts. 155 a 163 da Lei Federal n.º 14.133/2021;

### VII – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 7.1. Nos moldes do Art. 124, inciso II, alínea "d" o reequilíbrio econômico-financeiro poderá ocorrer em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tá como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida em contrato;
- 7.2. Conforme preconiza o Art. 92, V da Lei 14.133/2021, os preços e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento; devem estar estabelecidos no contrato.
- 7.3. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis pelo período de 60 (sessenta) dias, todavia se os preços solicitados forem menores do que o inicialmente contratados, o reajuste de suprimento de valor poderá ser realizado;
- 7.4. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao contratante promover as necessárias negociações junto a contratada.





Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

### VIII – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1. Constituirão motivos para cancelamento da Ata de Registro de Preços, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:
- 8.1.1. Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- 8.1.2. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- 8.1.3. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- 8.1.4. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado:
- 8.1.5. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- 8.1.6. Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- 8.1.7. Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- 8.1.8. Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- 8.1.9. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
- 8.2. Regulamento poderá especificar procedimentos e critérios para verificação da ocorrência dos motivos previstos neste item;
- 8.3. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:
- 8.3.1. Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei 14.133/2021;
- 8.3.2. Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- 8.3.3. Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

- 8.3.4. Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- 8.3.5. Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.
- 8.4. As hipóteses de extinção a que se referem os itens 8.3.2, 8.3.3 e 8.3.4, observarão as seguintes disposições:
- 8.4.1. Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- 8.4.2. assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021.
- 8.5. Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei Federal n.º 14.133/2021 deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

#### IX – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. Serão utilizados para pagamento do objeto do presente instrumento os recursos previstos nas seguintes dotações constantes da Lei Orçamentária Anual, sem prejuízo da utilização de outras que venham a ser disponibilizadas durante a vigência do contrato:

**Ficha 09:** 02.011.04.122.0402.2002.3.3.90.30.00 / 1.500.000.0000.000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Manutenção De Atividades Administrativas – Material de Consumo Gabinete do Prefeito

**Ficha 26:** 02.011.08.243.0801.2041.3.3.90.30.00 / 1.500.000.0000.000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Manutenção de Atividades do Conselho Tutelar – Material de Consumo Gabinete do Prefeito



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

 $\textbf{Ficha 72:} \quad 02.031.04.122.0402.2005.3.3.90.30.00 \; / \; \; 2.500.000.0000.000 \; - \; \; \text{Recursos} \quad \text{n\~ao}$ 

Vinculados de Impostos

Manutenção de Atividades Administrativas - Material de Consumo

Secretaria Municipal de Administração

Ficha 47: 02.031.06.181.0402.0007.3.3.90.30.00 / 1.500.000.0000.000 - Recursos não

Vinculados de Impostos

Convênio com Polícia Civil - Material de Consumo

Secretaria Municipal de Administração

Ficha 53: 02.031.06.181.0402.0008.3.3.90.30.00 / 1.500.000.0000.000 - Recursos não

Vinculados de Impostos

Convênio com Polícia Militar - Material de Consumo

Secretaria Municipal de Administração

Ficha 130: 02.051.04.122.0402.2010.3.3.90.30.00 / 1.500.000.000.000 - Recursos não

Vinculados de Imposto

Manutenção de Atividades Administrativas – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Obras

Ficha 130: 02.051.04.122.0402.2010.3.3.90.30.00 / 1.501.000.0000.000 - Outros Recursos

não Vinculados

Manutenção de Atividades Administrativas - Material de Consumo

Secretaria Municipal de Obras

Ficha 130: 02.051.04.122.0402.2010.3.3.90.30.00 / 1.750.000.0000.000 - Recursos da

Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE

Manutenção de Atividades Administrativas – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Obras

Ficha 371: 02.100.13.392.1501.2193.3.3.90.30.00 / 1.500.000.000.000 - Recursos não

Vinculados de Impostos

Manutenção Setor Cultura – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

Ficha 230: 02.071.10.301.1003.2031.3.3.90.30.00 / 1.500.000.1002.000 - Recursos não

Vinculados de Impostos ASPS

Manutenção Atividade Saúde - Básicas - Material de Consumo

Secretária Municipal de Saúde

Ficha 162: 02.061.12.361.1202.2018.3.3.90.30.00 / 1.500.000.1001.000 - Recursos não

Vinculados de Impostos

Manutenção Atividade. Ensino Fundamental - R. Próprio - Material de Consumo

Secretaria Municipal de Educação

Ficha 199: 02.061.12.361.1221.2024.3.3.90.30.00 / 1.550.000.000.000 - Transferência do

Salário – Educação

Manutenção atividade. Educação – Qese – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Educação

Ficha 288: 02.081.08.243.0801.0020.3.3.90.30.00 / 1.500.000.000.000 - Recursos não

Vinculados de Impostos

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Ação Social

Ficha 315: 02.081.08.244.0801.2043.3.3.90.30.00 / 1.500.000.0000.000 - Recursos não

Vinculados de Impostos

Manutenção de Atividades Setor de Promoção Social – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Ação Social

Ficha 336: 02.081.08.241.0801.2121.3.3.90.30.00 / 1.500.000.0000.000 - Recursos não

Vinculados de Impostos

Manutenção Paif-Prog.de Apoio Integral a Família – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Ação Social

# X – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA

10.1. Concluído todo o processo licitatório a empresa vencedora será notificada de que o município efetivará a contratação, devendo a licitante vencedora assinar o instrumento Administrativo em até 05 (cinco) dias úteis seguintes à notificação, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas em Edital;



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

- 10.2. Após a assinatura do instrumento administrativo a licitante vencedora obrigar-se-á:
- 10.2.1. Fornecer os itens, objeto deste termo de referência, em total conformidade com o mesmo, o qual será o objeto exclusivo do Contrato Administrativo a ser efetivado pelas partes;
- 10.2.2. Apresentar a Contratante, caso esta venha a solicitar, a programação geral de fornecimento;
- 10.2.3. Iniciar o fornecimento do objeto contratado prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a assinatura da ata de registro de preços ou contrato, sob pena de suspensão parcial do pagamento ou rescisão pela contratante por descumprimento de cláusulas contratuais;
- 10.2.4. Deverão ser tomadas as providências para correção das falhas detectadas, a fim de manter o controle de qualidade do fornecimento do objeto contratado, reportando-se ao fiscal do contrato quando houver necessidade;
- 10.2.5. Manter, durante toda a vigência da ata de registro de preços e execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação fiscal exigidas na licitação;
- 10.2.6. Arcar com eventuais prejuízos causados ao Contratante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;
- 10.2.7. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos que causar ao órgão, ou a terceiros, ainda que culposo praticado por seus prepostos, empregado ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela contratante.

#### XI – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1. Além das obrigações resultantes da observância à Lei n.° 14.133/21 são obrigações da CONTRATANTE:
- Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA;
- 11.1.2. Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste contrato;
- 11.1.3. Notificar a CONTRATADA por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- 11.1.4. Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;
- 11.1.5. Comunicar imediatamente à CONTRATADA as irregularidades manifestadas na execução do contrato, informando, após, à CONTRATANTE tal providência;
- 11.1.6. Promover o recebimento provisório e o definitivo nos prazos fixados;



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

- 11.1.7. Fiscalizar a execução do contrato, informando à CONTRATADA para fins de supervisão;
- 11.1.8. Efetuar o pagamento no devido prazo fixado no Edital.

## XII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. Integram e vinculam esta Ata, o edital do Pregão Eletrônico nº 57/2024 e as propostas das empresas classificadas no certame supranumerado, conforme Mapa de Apuração anexo ao presente instrumento;
- 12.2. A Administração não está obrigada a adquirir os produtos cujos preços encontram-se registrados.
- 12.3. Fica eleito o foro da comarca de Três Pontas MG para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.
- 12.4. Os casos omissos, em caso de rescisão contratual, bem como à execução do contrato, serão resolvidos de acordo com o Decreto instituidor do Registro de Preços, a Lei Federal n.º14.133/21, e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente,aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

|                             | Santana da Vargem, 19 d     | le novembro de 2024 |
|-----------------------------|-----------------------------|---------------------|
|                             | Contratante                 |                     |
|                             | Detentora da Ata            |                     |
| TESTEMUNHA<br>Nome:<br>CPF: | TESTEMUNHA<br>Nome:<br>CPF: |                     |



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

#### **ANEXO VIII**

#### MINUTA DE CONTRATO

### **CONTRATO N.º XX**

A Prefeitura Municipal de Santana da Vargem, com sede na Praça Padre João Maciel Neiva, n.º 15, Centro, em Santana da Vargem — Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o n.º 18.245.183/0001-70, neste ato representada por seu Prefeito, José Elias Figueiredo, portador do RG n.º 3.188.390 e inscrito no CPF sob o n.º 538.513.406-63, considerando a homologação do julgamento do PREGÃO ELETRÔNICO n.º 57/2024, bem como a classificação das propostas conforme o PROCESSO LICITATÓRIO n.º 155/2024, RESOLVE, nos termos da Lei n.º 14.133/21, firmar contrato para Registro de preços para aquisição de Gás liquefeito e afins, para atender as demandas de diversas Secretarias Municipais, com a empresa:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Registro de preços para aquisição de Gás liquefeito e afins, para atender as demandas de diversas Secretarias Municipais.

# CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E PAGAMENTO

2.1. Os Valores e quantitativos referente ao seguinte contrato são:

| ITEM | QT | UN | Descrição | Valor<br>unitário | Valor<br>Total |
|------|----|----|-----------|-------------------|----------------|
| 01   |    |    |           |                   |                |
| 02   |    |    |           |                   |                |
| 03   |    |    |           |                   |                |
| 04   |    |    |           |                   |                |
| 05   |    |    |           |                   |                |

§ 1º Deverão estar incluídos nos preços ofertados, todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão de obra a serem empregados, seguros e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento do objeto deste edital e seus Anexos.



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

- § 2ºA liquidação e efetivo pagamento será feito em até 10 (dez) dias, contados da entrega efetiva da nota fiscal/Fatura junto a Secretaria correspondente. A nota fiscal/Fatura somente será liberada, após cumprimento dos serviços prestados, de acordo com o objeto.
- § 3º Deverá constar na nota fiscal/Fatura, os dados bancários para pagamento (banco, agência, nº. da conta), bem como o número do empenho correspondente.
- § 4º O pagamento será efetuado pela Tesouraria Municipal, em horário de expediente. Caso o dia de pagamento seja feriado, o mesmo será transferido para o primeiro dia útil seguinte.
- O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

# CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO

3.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 meses, a partir da data da sua assinatura.

# CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Serão utilizados para pagamento do objeto do presente instrumento os recursos previstos nas seguintes dotações constantes da Lei Orçamentária Anual, sem prejuízo da utilização de outras que venham a ser disponibilizadas durante a vigência do contrato:

**Ficha 09:** 02.011.04.122.0402.2002.3.3.90.30.00 / 1.500.000.0000.000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Manutenção De Atividades Administrativas – Material de Consumo Gabinete do Prefeito

**Ficha 26:** 02.011.08.243.0801.2041.3.3.90.30.00 / 1.500.000.0000.000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Manutenção de Atividades do Conselho Tutelar – Material de Consumo Gabinete do Prefeito

**Ficha 72:** 02.031.04.122.0402.2005.3.3.90.30.00 / 2.500.000.0000.000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Manutenção de Atividades Administrativas – Material de Consumo Secretaria Municipal de Administração

**Ficha 47:** 02.031.06.181.0402.0007.3.3.90.30.00 / 1.500.000.0000.000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Convênio com Polícia Civil – Material de Consumo



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

Secretaria Municipal de Administração

Ficha 53: 02.031.06.181.0402.0008.3.3.90.30.00 / 1.500.000.0000.000 - Recursos não

Vinculados de Impostos

Convênio com Polícia Militar - Material de Consumo

Secretaria Municipal de Administração

Ficha 130: 02.051.04.122.0402.2010.3.3.90.30.00 / 1.500.000.000.000 - Recursos não

Vinculados de Imposto

Manutenção de Atividades Administrativas - Material de Consumo

Secretaria Municipal de Obras

Ficha 130: 02.051.04.122.0402.2010.3.3.90.30.00 / 1.501.000.0000.000 - Outros Recursos

não Vinculados

Manutenção de Atividades Administrativas - Material de Consumo

Secretaria Municipal de Obras

Ficha 130: 02.051.04.122.0402.2010.3.3.90.30.00 / 1.750.000.0000.000 - Recursos da

Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE

Manutenção de Atividades Administrativas — Material de Consumo

Secretaria Municipal de Obras

Ficha 371: 02.100.13.392.1501.2193.3.3.90.30.00 / 1.500.000.000.000 - Recursos não

Vinculados de Impostos

Manutenção Setor Cultura - Material de Consumo

Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

Ficha 230: 02.071.10.301.1003.2031.3.3.90.30.00 / 1.500.000.1002.000 - Recursos não

Vinculados de Impostos ASPS

Manutenção Atividade Saúde – Básicas – Material de Consumo

Secretária Municipal de Saúde

Ficha 162: 02.061.12.361.1202.2018.3.3.90.30.00 / 1.500.000.1001.000 - Recursos não

Vinculados de Impostos

Manutenção Atividade. Ensino Fundamental – R. Próprio – Material de Consumo



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

Secretaria Municipal de Educação

Ficha 199: 02.061.12.361.1221.2024.3.3.90.30.00 / 1.550.000.0000.000 - Transferência do

Salário – Educação

Manutenção atividade. Educação - Qese - Material de Consumo

Secretaria Municipal de Educação

Ficha 288: 02.081.08.243.0801.0020.3.3.90.30.00 / 1.500.000.000.000 - Recursos não

Vinculados de Impostos

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Ação Social

Ficha 315: 02.081.08.244.0801.2043.3.3.90.30.00 / 1.500.000.000.000 - Recursos não

Vinculados de Impostos

Manutenção de Atividades Setor de Promoção Social – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Ação Social

Ficha 336: 02.081.08.241.0801.2121.3.3.90.30.00 / 1.500.000.000.000 - Recursos não

Vinculados de Impostos

Manutenção Paif-Prog.de Apoio Integral a Família – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Ação Social

### CLÁUSULA QUINTA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 5.1. A aplicação de penalidade à licitante reger-se-á conforme o estabelecido no "Título IV", "Capítulo I" da Lei Federal n.º 14.133/2021;
- 5.2. Nos termos do Art. 155 da Lei Federal n.º 14.133/2021 o licitante ou contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
- 5.2.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 15.2.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 5.2.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
- 5.2.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 5.2.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

- 5.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 5.2.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 5.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 5.2.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 5.2.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 5.2.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetos da licitação;
- 5.2.12. Praticar ato lesivo previsto no Art. 5° da Lei n.° 12.846, de 1° de agosto de 2013;
- 5.3. Nos termos do Art. 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021 serão aplicadas aos responsáveis pelas infrações administrativas as seguintes sanções:
- 5.3.1. Advertência;
- 5.3.2. Multa:
- 5.3.2.1. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de inadimplemento, não ultrapassando o limite de 30 dias;
- 5.3.2.2 Multa de 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor da parcela descumprida do contrato.
- 5.3.3 Impedimento de licitar e contratar;
- 5.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 5.4. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 5.4.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 5.4.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 5.4.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 5.4.4. As danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 5.4.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 5.5. As demais orientações ou normas pertinentes às infrações e sanções administrativas seguirão em conformidade com os Arts. 155 a 163 da Lei Federal n.º 14.133/2021;

#### CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1. O contrato será rescindido de pleno direito, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem qualquer espécie de indenização, nos casos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21.



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

# CLÁUSULA SÉTIMA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

- 7.1. Concluído todo o processo licitatório a empresa vencedora será notificada de que o município efetivará a contratação, devendo a licitante vencedora assinar o instrumento Administrativo em até 05 (cinco) dias úteis seguintes à notificação, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas em Edital;
- 7.2. Após a assinatura do instrumento administrativo a licitante vencedora obrigar-se-á:
- 7.2.1. Fornecer os itens, objeto deste termo de referência, em total conformidade com o mesmo, o qual será o objeto exclusivo do Contrato Administrativo a ser efetivado pelas partes;
- 7.2.2. Apresentar a Contratante, caso esta venha a solicitar, a programação geral de fornecimento;
- 7.2.3. Iniciar o fornecimento do objeto contratado prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a assinatura da ata de registro de preços ou contrato, sob pena de suspensão parcial do pagamento ou rescisão pela contratante por descumprimento de cláusulas contratuais;
- 7.2.4. Deverão ser tomadas as providências para correção das falhas detectadas, a fim de manter o controle de qualidade do fornecimento do objeto contratado, reportando-se ao fiscal do contrato quando houver necessidade;
- 7.2.5. Manter, durante toda a vigência da ata de registro de preços e execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação fiscal exigidas na licitação;
- 7.2.6. Arcar com eventuais prejuízos causados ao Contratante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;
- 7.2.7. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos que causar ao órgão, ou a terceiros, ainda que culposo praticado por seus prepostos, empregado ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela contratante.

# CLÁUSULA OITAVA – DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

- 8.1. Além das obrigações resultantes da observância à Lei n.º 14.133/21 são obrigações da CONTRATANTE:
- 8.1.1. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA;
- 8.1.2. Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste contrato;
- 8.1.3. Notificar a CONTRATADA por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;





Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

- 8.1.4. Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;
- 8.1.5. Comunicar imediatamente à CONTRATADA as irregularidades manifestadas na execução do contrato, informando, após, à CONTRATANTE tal providência;
- 8.1.6. Promover o recebimento provisório e o definitivo nos prazos fixados;
- 8.1.7. Fiscalizar a execução do contrato, informando à CONTRATADA para fins de supervisão;
- 8.1.8. Efetuar o pagamento no devido prazo fixado no Edital.

# CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO:

- 9.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 01 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados, conforme requisitos estabelecidos.
- 9.2. No caso em apreço, por se tratar de licitação direcionada à Prefeitura Municipal e suas Secretarias Vinculadas, os responsáveis para acompanhar e fiscalizar os contratos e a execução dos serviços objeto deste procedimento licitatório, serão de acordo com a tabela abaixo:

| UNIDADE REQUISITANTE   | SERVIDOR DESIGNADO                           |
|--|--|
| Gabinete do Prefeito   | Roberta Grazielle Barbosa – MASP 3696        |
| Secretaria Municipal de Administração                        | Lucimar Correa – MASP 1402                   |
| Secretaria Municipal de Obras                                | Matheus Soares Mota – MASP 3632              |
| Secretaria Municipal de Educação                             | Rubens Alves Lino – MASP 3605                |
| Secretaria Municipal de Saúde                                | Maria Gabriela de Mesquita Penha – MASP 3670 |
| Secretaria Municipal de Assistência Social                   | Karine Fernandes Correa – MASP 3626          |
| Secretaria Municipal de Cultura, Esporte,<br>Lazer e Turismo | Laura Rodrigues de Oliveira – MASP 3666      |

- 9.3. O fiscal do contrato deverá respeitar e cumprir todas as obrigações que prevê o Art. 117 da Lei 14.133/2021 e demais previstos no Decreto Municipal n.º 33/2023;
- 9.4. As férias do fiscal do contrato ou qualquer outra falta, deverá ser escalonada pelo mesmo de modo a não ensejar ausência de gestão contratual.
- 9.5. A presença de fiscalização não exclui e nem diminui a responsabilidade da contratada inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade.



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70 www.santanadavargem.mg.gov.br licitacao@santanadavargem.mg.gov.br

# CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 10.1. Integram e vinculam este contrato, o Termo de referência e o edital do Pregão Eletrônico n° 57/2024.
- 10.2 É vedada a alteração do quantitativo durante a vigência do contrato.
- 10.3 Fica eleito o foro desta Comarca de Três Pontas/MG para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.
- 10.4 E, por estarem assim justos, firmam o presente instrumento em 02 (DUAS) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas para que surta seus jurídicos efeitos.

Santana da Vargem/MG ...... de ..... de 2024

JOSÉ ELIAS FIGUEIREDO PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

TESTEMUNHA TESTEMUNHA NOME: NOME: CPF: CPF: